

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.166 - MG (2019/0320240-7)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES  
**RECORRENTE** : RONALDO DE SOUZA REIS  
**ADVOGADO** : EMANUEL ARAÚJO DE AZEVEDO ANTUNES - MG082536  
**RECORRIDO** : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial interposto por RONALDO DE SOUZA REIS, fundamentado nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA. CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL EM COMUM. RUÍDO. USO DE EPI. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL.

1. Cuida-se de decisão proferida na regência do CPC de 1973, sob o qual também foi manifestado o recurso, e conforme o princípio do isolamento dos atos processuais e o da irretroatividade da lei, as decisões já proferidas não são alcançadas pela lei nova, de sorte que não se lhes aplicam as regras do CPC atual, inclusive as concernentes à fixação dos honorários advocatícios, que se regem pela lei anterior.

2. Aposentadoria especial. A aposentadoria especial, benefício decorrente do trabalho realizado em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física, é devida ao segurado que, contando no mínimo cinco anos de contribuições, tiver trabalhado durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, pelo menos, conforme a atividade profissional, em condições que, para esse efeito, sejam consideradas penosas, insalubres ou perigosas.

3. Condições especiais. As condições especiais de trabalho demonstram-se: a) até 28/04/1995, pelo enquadramento profissional, ou mediante formulários da própria empresa ou laudos técnicos; b) a partir de 28/04/1995, por formulários próprios (SB -40 e DSS-8030, padronizados pelo INSS), preenchidos pela empresa, ou mediante laudo; c) a partir de 14/10/1996, por Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho, devendo as empresas, desde então, elaborar e manter Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores.

4. A exposição ao agente nocivo. Para a demonstração da permanência e habitualidade da atividade insalubre não é necessária a

# *Superior Tribunal de Justiça*

exposição ao agente agressivo durante toda a jornada laboral, mas apenas o exercício de atividade, não ocasional, nem intermitente, que o exponha habitualmente a condições especiais, prejudiciais à sua saúde ou integridade física, o que restou devidamente demonstrado nos autos (TRF1 AC200238000348287, Juiz Federal Teimar Raydan Evangelista, 07/10/08).

5. Uso de EPI. O fornecimento de equipamentos de proteção individual não elide, por si só, a insalubridade e a penosidade da atividade exercida sob ruído, ainda que levemente acima dos níveis regulamentares de tolerância. (ARE n. 664335, relator Min. Luiz Fux, Tribunal Pleno, julgado em 04/12/2014, Repercussão Geral).

6. Ruídos: níveis e média. Conforme Súmula n. 29, de 09/06/2008, da Advocacia Geral da União, Atendidas as demais condições legais, considera-se especial, no âmbito do RGPS, a atividade exercida com exposição a ruído superior a 80 decibéis até 05/03/97, superior a 90 decibéis desta data até 18/11/2003, e superior a 85 decibéis a partir de então. Essa diretriz sumular tem sido prestigiada pela jurisprudência, porque cabe ao Poder Executivo fixar os níveis de ruído considerados insalubres ou penosos a que se submetem os trabalhadores, não se admitindo a retroação de índice, conforme precedentes do Superior Tribunal de Justiça declinados no voto. A jurisprudência deste Tribunal tem se posicionado, porém, no sentido de que o trabalhador submetido a ruídos que, pela média, superam os níveis fixados em regulamento, tem direito ao reconhecimento do tempo de serviço especial, consoante precedentes declinados no voto.

7. Prova dos autos e tempo a ser convertido. O tempo de serviço especial foi demonstrado pelo enquadramento profissional ou por laudos técnicos, que apontaram a submissão do segurado a ruído acima dos níveis de tolerância, em trabalho permanente, habitual e não intermitente.

8. Conclusão. Apelações e remessa oficial desprovidas" (fls. 335/336e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados, nestes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REJULGAMENTO DA CAUSA E INVIABILIDADE DOS EMBARGOS PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Como regra geral, é imprescindível para a oposição de embargos de

declaração que a parte demonstre a existência, na decisão embargada, de um ou mais dos pressupostos de seu cabimento, a saber, omissão, obscuridade ou contradição, nos termos do art. 1.022, incisos I e II, do CPC 2015.

2. O que pretende a parte embargante é a revisão do que foi julgado pela Turma, no que diz respeito ao mérito da pretensão, que não pode ser modificado por meio de embargos declaratórios.

3. Nos termos do inciso IV do art. 489 do CPC de 2015, deve o julgador enfrentar os argumentos deduzidos no processo que sejam capazes de, em tese, infirmar a conclusão por ele adotada, sendo despropositada a análise de teses inaplicáveis ao caso visando à reforma do julgamento.

4. Mesmo na hipótese de embargos declaratórios para fins de prequestionamento da questão legal ou constitucional, é pacífico o entendimento de que é incabível a interposição de tais embargos de declaração se não estiverem presentes os pressupostos específicos dessa modalidade de integração do julgado, conforme precedentes deste Tribunal declinados no voto.

5. Assim, ausentes os pressupostos de cabimento dos embargos de declaração, estes devem ser rejeitados" (fl. 362e).

Alega-se, nas razões do Recurso Especial, além de divergência jurisprudencial e negativa de prestação jurisdicional (art. 1.022 do CPC/15), violação aos arts. 11, caput, e 489, § 1º, incisos I e IV, do CPC/15; Decreto 53.831/6 e Decreto 83.080/79, Código 2.5.3 do Anexo II. Sustenta a parte recorrente, o seguinte:

### "3 - DAS RAZÕES DE FATO E DE DIREITO

Trata-se originalmente Ação Ordinária movida em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, visando o reconhecimento do exercício de atividade especial e o seu enquadramento, com pedido de condenação da autarquia a conceder ao Recorrente o benefício da Aposentadoria Especial (Espécie 46), tendo em vista o exercício de atividade insalubre (especial) por mais de 25 (vinte e cinco) anos, numa única empregadora, nos termos da lei em vigor.

Ocorreu que a sentença de primeiro grau reconheceu como especiais, unicamente os períodos de 08/07/1991 a 28/04/1995, e de 30/06/2006 a 31/12/2012, não reconhecendo os períodos de 09/01/1985 a 01/03/1988 e de 01/03/1988 a 02/07/1990, e de 01/01/2004 a 29/06/2006.

Não conformando com a sentença proferida no Juízo primevo, o ora Recorrente interpôs recurso de apelação ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sustentando, em síntese, o seguinte:

# *Superior Tribunal de Justiça*

Julgado, o recurso de apelação não fora provido, em decisão colegiada, consoante acórdão publicado, que restou assim ementado:

(...)

**Interpostos embargos de declaração, sob o fundamento de que as razões do recurso aviado não foram objetivamente analisadas, inclusive para efeito de prequestionamento, ante a violação apontada dos artigos 11, caput, e 489, g 1º, incisos I e IV, do Código de Processo Civil, estes foram rejeitados, cujo acórdão restou assim ementado:**

(...)

## **4 - DO CABIMENTO DO RECURSO**

O presente recurso é de ser admitido nos termos do **art. 105, III, alíneas 'a' e 'c' da CF/88**, porquanto a **v. decisão colegiada recorrida, além de negar a prestação jurisdicional ao recorrente, contrariou e negou vigência à legislação federal, e deu à mesma interpretação divergente da que é atribuída por outros Tribunais, inclusive por este Superior Tribunal de Justiça.**

## **5 - PRELIMINARMENTE - DA NULIDADE DO ACÓRDÃO - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - AUSÊNCIA DE ANÁLISE DOS FATOS ARTICULADOS NO RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO - VIOLAÇÃO AO ARTIGO 11, CAPUT, E 489, § 1º, INCISOS I e IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.**

Antes de adentrar no mérito propriamente dito da decisão vergastada, é necessário relatar que, mesmo **instado via Embargos Declaratórios, o Acórdão recorrido, além de não analisar as razões de recurso, inexoravelmente deixou de pronunciar-se expressamente acerca dos artigos de decretos e lei neles invocados oportunamente no Recurso de Apelação.**

Como se constata, no acórdão referente à apelação interposta, o **órgão julgador discorreu apenas sobre as normas aplicáveis aos enquadramentos especiais, mas não houve julgamento quanto relação quanto aos argumentos apresentados pela parte em relação ao que fora fundamentado na sentença.**

Dito de outra forma, o ora recorrente, verificando omissões no Acórdão (sobre as teses levantadas desde o Recurso de Apelação), nos termos do **art. 1.022 do CPC**, interpôs Embargos de Declaração, com o fito de que as omissões fossem supridas.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Infelizmente, em vão.

**O Colendo Tribunal Regional Federal da 1ª Região permaneceu omissa, negando-se à prestação da devida tutela jurisdicional plena a que o Recorrente tem direito, nos termos dos artigos 11, caput, e 489, § 1º, incisos I e IV, do Código de Processo Civil, impedindo, destarte, que a matéria fosse tida como prequestionada.**

No caso, há explícita violação também ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil.

**Os pontos suscitados e que não se viram explicitamente enfrentados foram:**

a) No recurso de apelação, foram apontados **ausência de análise das provas documentais produzidas**, com arguidos argumentos sólidos, que foram devolvidos à superior instância, porém, lamentavelmente ignorados. Vejamos:

Demonstrou-se, discutindo a prova documental e demonstrando os **equívocos firmados na sentença, que deveria ser enquadrado como especial o período de 01/03/1988 até 02/07/1990, na função de Soldador, e não função de Auxiliar de Laticínio, como entendeu o magistrado de primeiro grau. Isso não foi analisado ou enfrentado pelo Tribunal.**

Além disso, relativamente ao **período não enquadrado, de 09/01/1985 a 01/03/1988, no qual o trabalhador recorrente laborou na função de Auxiliar de Laticínio, Setor de Fabricação de Queijo, na mesma empregadora (indústria de laticínios), Cooperativa dos Produtores de Leite de Leopoldina, foi apresentado laudo técnico, ainda que extemporâneo, que indica ruído de 97,35 dB, acima, portanto, dos limites de tolerância previstos na regulamentação da matéria.**

O fundamento posto no recurso de apelação da aplicação do laudo extemporâneo, ainda que pacificado na Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência - Súmula 68, segundo a qual 'O laudo pericial não contemporâneo ao período trabalhado é apto à comprovação da atividade especial' - e na jurisprudência do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, não foi analisado no acórdão pela Turma Julgadora do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em evidente omissão, inclusive quanto a sua própria jurisprudência, simétrica com a deste Egrégio Tribunal.

É lúcido trecho da decisão do Superior Tribunal de Justiça, em exame do Agravo em Recurso Especial nº 242.718/PE (2012/0217362- 4), DJ de 20.02.2013, cujo voto condutor foi do eminente Ministro Mauro

Campbell Marques, in verbis:

(...)

Ainda na apelação, foram levados em consideração outros pontos, como ausência de alteração de layout, consideração sobre prova emprestada não impugnada, sentença do próprio juízo de primeiro grau em casos análogos, exposição do recorrente a vapor de sódio e seu enquadramento como especial com fundamento no Código 1.2.9 do Quadro Anexo do **Decreto 53.831/64** (outros tóxicos orgânicos). Porém, estes fundamentos, lamentavelmente, não foram analisados pela Turma Julgadora do TRF da 1ª Região.

**b) Nos próprios Embargos de Declaração**, o ora recorrente, pediu para que o Relator e Douta Turma, pronunciasse, de modo fundamentado, quanto às razões, abordagens a provas e demais fundamentos jurídicos, transcritos no recurso de apelação interposto pelo ora Embargante, especialmente quanto ao enquadramento como especiais, dos períodos de 09/01/1985 a 01/03/1988 (exercício da função de Auxiliar de Laticínios) e nos períodos de 01/03/1988 a 02/07/1990 e 29/04/1995 a 29/06/2006 (exercício da função de Soldador), nos quais o trabalhador recorrente laborou para o mesmo e único empregador, a Cooperativa dos Produtores de Leite de Leopoldina, Minas Gerais. Além disso, requereu fosse dado provimento ao apelo, para enquadrar como especiais, os períodos de 09/01/1985 a 01/03/1988 (exercício da função de Auxiliar de Laticínios) e nos períodos de 01/03/1988 a 02/07/1990 e 29/04/1995 a 29/06/2006 (exercício da função de Soldador) e, via de consequência, em razão do período já enquadrado na sentença pelo juiz federal de primeiro grau (períodos de 08/07/1991 a 28/04/1995 e de 30/06/1991 a 31/10/2012) e mantido no acórdão embargado, julgar totalmente procedentes os pedidos de que tratam as alíneas 'a', 'b', 'c' e 'd' do item 4.5 da petição inicial.

Data venha, o R. Julgado limitou-se a articular, não enfrentando os sólidos argumentos deduzidos na inicial, na prova documental produzida e, especificadamente, no recurso de apelação, onde todas as teses relevantes foram deduzidas, em evidente violação ao artigo 489, IV, do CPC, que 'O pretende a parte embargante é a revisão do que foi julgado pela Turma, no que diz respeito ao mérito da pretensão, que não pode ser modificado por meio de embargos declaratórios'. Consta ainda no acórdão dos Embargos Declaratórios:

(...)

No entanto, ao contrário do que entendeu o eminente Relator e Colenda Turma, os argumentos deduzidos na inicial e no recurso de

apelação não são despropositados, sendo eles indubitavelmente capazes de ensejar a reforma da sentença proferida pelo Juízo de primeiro grau.

O trabalhador recorrente não pode ser prejudicado violentamente como está sendo no caso em questão, onde está se verificando brutal injustiça.

Nesse aspecto, é entendimento pacífico das Cortes Superiores, que o Acórdão é nulo quando não aprecia toda a matéria que deveria enfrentar, posto que deficiente a prestação jurisdicional (negada, na verdade), pelo que restam também violados os artigos 5º, XXXV e LV e 93, IX da CF e artigos 11 e 489, incisos I e IV, do CPC, além de ter vulnerado o artigo 1.022 do mesmo Codex.

Alguns julgados acompanham o entendimento esposado:

(...)

Consideradas, enfim, as finalidades do presente Recurso, à luz do art. 105, III, 'a' e 'c' da CF e sua técnica específica, percebe-se a relevância do conceito do prequestionamento.

A inexistência de tese, em instância recursal ordinária, expressamente desenvolvida acerca do tema objeto de impugnação, por essa via, resulta na completa impossibilidade de verificação de ofensa a lei ou cotejo com outros julgados em sede de REsp.

Desta feita, configurada a nulidade do Acórdão Regional, face à negativa de prestação jurisdicional, requer a recorrente seja declarado nulo o Acórdão, determinando o retorno dos autos ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para a apreciação dos argumentos postos no recurso de apelação, indubitavelmente não analisados explicitamente posta a exame, ou seja, **a negativa da prestação jurisdicional, mais precisamente aos artigos 11 e 458, incisos I e IV, do Código de Processo Civil.**

Todavia, acaso esta Corte entenda por bem não acolher a preliminar de nulidade do Acórdão recorrido, passa a recorrente a discorrer sobre os fatos e razões de reforma do Julgado, verificando, que no mérito, não há razão de subsistir.

#### 6 - DOS DISPOSTIVOS VIOLADOS

- **Decreto 53.831/64 - Código 1.2.9, pois o trabalhador, ora recorrente, no período de 09/01/95 a 01/03/1988, laborou incontestavelmente exposto a vapor de ácido e hidróxido de sódio (soda cáustica);**

- **Decreto 83.080/79, Código 2.5.3 do Anexo II, em razão do exercício da função de Soldador, no período de 08/07/1991 a**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**28/04/1995.**

**7 - DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUANTO À APROVEITABILIDADE DOS LAUDOS EXTEMPORÂNEOS PARA ENQUADRAMENTO DE ATIVIDADE ESPECIAL.**

**A questão da aplicação do laudo extemporâneo, para fins de enquadramento como especial de outros períodos em que o trabalhador laborou exposto a agentes nocivos à sua saúde, em que pese ter sido levantado no recurso de apelação, consoante o entendimento demonstrado na sentença, não foi levado em consideração, o que colidiu com a jurisprudência do STJ.**

Cita-se o precedente jurisprudencial desta Corte:" (fls. 366/382e).

Ao final, "demonstrada a existência, nos v. acórdãos recorrido, de negativa de vigência aos citados dispositivos de legislação federal, notadamente os artigos 11 e 489, incisos I e IV, do CPC, além de ter vulnerado o artigo 1.022 do mesmo Codex, bem como demonstrada a aplicação de interpretação divergente pelo Tribunal a quo, da interpretação atribuída por outros Tribunais, especialmente por este Superior Tribunal de Justiça, a esta mesma legislação, como demonstrado, há de ser admitido este apelo especial, para que seja oportunamente provido ante as razões apresentadas. Admitido, é, portanto, de ser provido este recurso como requerido na exposição das razões (tópicos de nº 06 e 07), por imperativo de JUSTIÇA!" (fls. 381/382e).

Sem contrarrazões, o Recurso foi admitido na origem (fls.391/392e).

O Recurso Especial merece prosperar quanto à alegada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015.

Quanto a esse ponto, verifica-se que a parte recorrente opôs Embargos de Declaração, na origem, suscitando, no que interessa:

Na parte final do fundamento do acórdão embargado, ficou assim consignado:

'Prova dos autos

No caso dos autos, o tempo de serviço especial foi demonstrado pelo enquadramento profissional ou por laudos técnicos, que apontaram submissão do segurado ao agente nocivo ruído, acima dos limites de tolerância, em trabalho permanente, habitual e não intermitente, nos períodos de 09/07/1991 a 28/04/1995 e 30/06/2006 a 31/10/2012, razão pela qual deve ser



# *Superior Tribunal de Justiça*

confirmada a sentença, pelos mesmos fundamentos, também quanto ao indeferimento dos demais pedidos'. negritei

Ocorre que **as razões e fundamentos do recurso de apelação interposto pelo trabalhador Apelante relativamente aos períodos nos enquadrados pelo juiz federal de primeiro grau, de fato não foram analisadas de modo fundamentado no voto condutor publicado, restando, pois, contaminado por omissão**, em evidente violação aos artigos 11, caput, e 489, § 1º, incisos I e IV, do Código de Processo Civil.

**As razões do apelo são no sentido do pedido do seu provimento, para enquadramento como especial dos períodos de 09/01/1985 a 01/03/1988 (exercício da função de Auxiliar de Laticínios) e nos períodos de 01/03/1988 a 02/07/1990 e 29/04/1995 a 29/06/2006 (exercício da função de Soldador), nos quais o trabalhador recorrente laborou para o mesmo e único empregador, a Cooperativa dos Produtores de Leite de Leopoldina, Minas Gerais.**

Transcreve-se, para melhor compreensão, na parte que interessa, as **razões não analisadas quando do julgamento do recurso, ipsis litteris**:

'Quanto ao enquadramento da função de Auxiliar de Laticínio, no período de 09/01/1985 a 01/03/1988, entendeu o emérito Magistrado de primeiro grau (fls.163, terceiro parágrafo):

'Com relação aos períodos em que o autor exerceu a função de auxiliar de laticínio (de 09/01/1985 a 01/03/1988 e de 01/03/1988 a 02/07/1990), embora conste no formulário a informação de que trabalhou exposto a ruído, frio, calor (sem indicação de medição de temperaturas e intensidade de ruído), vapores e ácido/hidróxido de sódio, a empresa não possui laudo, tampouco há indicação do profissional que apurou a presença dos agentes nocivos (médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho), razão pela qual não reconheço estes períodos como especial'.

Sem razão.

Ab initio, é de esclarecer que o trabalhador recorrente laborou na função de Auxiliar de Laticínio no período de 09/01/1985 a 01/03/1988, sendo inequívoco que no período de 01/03/1988 a

# *Superior Tribunal de Justiça*

02/07/1990, laborou ele na função de soldador, conforme esclarecimentos prestados por ocasião da impugnação à contestação apresentada (fls. 248/249).

De fato, não havendo nada de controvertido, como apontara o INSS na contestação, constata-se à plena evidência que o trabalhador recorrente laborou, conforme períodos informados na petição inicial.

Observem os doutos Julgadores que as anotações constantes na Carteira de Trabalho e Previdência Social do recorrente - fls. 37 dos autos, demonstram de forma inequívoca que o mesmo exerceu a partir de 01/03/1988 até 02/ 07/1990, na função de SOLDADOR, tendo havido mudança de função, e não na função de Auxiliar de Laticínio, como posto de modo equivocado pelo Juiz na sentença recorrida.

Tais informações são corroboradas pelo que consta no DIRBEN (fls. 171/172), documento o qual sequer foi impugnado pelo INSS no momento processual oportuno.

E não é só. Observe-se que no campo 'Alterações de Salário', no campo abaixo à esquerda de fls. 37 consta que o trabalhador foi 'aumentado' para o valor salarial que menciona e há explicitação da função 'SOLDADOR' -o que implicou em mudança de função - e assim sucessivamente. Esta situação, conforme explicitado ao juiz 'a quo' quando da impugnação à contestação, pode ser verificada no CNIS (fls. 35) acostado aos autos com a inicial, onde se observa uma diferença salarial entre os meses de fevereiro e março de 1988, compatível com a mudança de função.

Portanto, deve ser incluído como especial o período de 01/03/1988 a 02/07/1990, na função de SOLDADOR e não Auxiliar de Laticínio, como constou indevidamente na sentença recorrida, conforme esclarecimentos prestados a tempo e modo, de acordo com a prova documental produzida.

Feito este registro importante e necessário, para colocação adequada da matéria, cujo objeto será abordado em requerimento específico de reforma da decisão recorrida, aborda-se as demais questões.

É de se ressaltar que até a edição da Lei 9.528/97, a empresa não era obrigada a ter laudo técnico.

Segundo a legislação aplicável à época do exercício da função, foi emitido o documento de fls. 66, que indica a exposição do trabalhador recorrente aos agentes prejudiciais à sua saúde, os

quais ensejaram o pagamento pela empregadora - que é uma indústria de laticínios - do adicional de insalubridade, conforme consignado naquele próprio documento.

O trabalhador apelante apresentou com a petição inicial, o LTCAT - Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho no trecho em que aborda o cargo de Auxiliar de Laticínio, setor de fabricação de queijo - vide fls. 71 usque 77, não impugnado pelo INSS, que indica insofismavelmente ruído de 97,35 dB (fls. 71-v), acima, portanto, dos níveis previstos na regulamentação da matéria, e exposição aos mesmos agentes prejudiciais à saúde mencionados no documento de fls. 66, corroborando-o, portanto. São eles: frio, calor, umidade, vapores, vapor de ácido/hidróxido de sódio.

O laudo em questão, ainda que extemporâneo, demonstra indubitavelmente a exposição do trabalhador recorrente a ruído de 97,35 dB, corroborando-se, repita-se, a informação constante no DIRBEN de fls. 66, quanto à exposição a este agente prejudicial à saúde.

**A jurisprudência dos nossos Tribunais Federais, inclusive a Turma Nacional de Uniformização, que editou a Súmula 68, é consolidada no sentido de que 'O laudo pericial não contemporâneo ao período trabalhado é apto à comprovação da atividade especial'.** No mesmo sentido:

(...)

É importante ressaltar que apresentou o apelante (vide fls. 94), como prova emprestada - não impugnada pelo apelado - informação prestada pela empregadora ao próprio INSS, informando que 'não houve alteração no layout das instalações da fábrica de queijo, manteiga, doce de leite e iogurte, desde a 1ª construção'.

O trabalhador recorrente ainda apresentou, também como prova documental emprestada, o parecer técnico do INSS - fls. 95 - também não impugnado - referente ao pedido administrativo feito pelo colega Sebastião Teodoro Gonçalves Filho, também empregado da Cooperativa dos Produtores de Leite de Leopoldina, o qual ENQUADROU - para a mesma função (Auxiliar de Laticínio) e setor (Fabricação de Queijo), como especial, o período de 01/12/83 a 10/01/01, em razão da exposição ao agente ruído.

Também como prova documental emprestada, não impugnada, o trabalhador recorrente apresentou cópia da sentença

# *Superior Tribunal de Justiça*

proferida pelo Juiz Federal - fls. 96 usque 104 - referente à ação judicial movida pelo colega Sebastião Teodoro Gonçalves Filho, Processo nº 1006-40.2012.4.01.3821, na qual foi reconhecido como especial nos períodos informados em razão da exposição ao agente ruído.

Mutatis mutandis, **ainda que não fosse possível o enquadramento, na condição acima colocada, ad argumentanduni tantum, é incontroverso, tanto por intermédio do DIRBEN, como do LTCAT apresentado - ainda que este seja extemporâneo - que o trabalhador apelante encontrou-se exposto a vapor de ácido e hidróxido de sódio (soda cáustica), que enseja o reconhecimento do tempo de serviço como especial**, com enquadramento no Código 1.2.9 do Quadro Anexo do Decreto nº 53.831/64 (outros tóxicos orgânicos), vigente à época em que efetivamente exercido.

Dúvida não se tem que o labor em contato com o hidróxido de sódio (soda cáustica) é considerado insalubre, em conformidade ao que previsto no Anexo 13 da NR - 15, veiculada pela Portaria nº 3.214/78, do Ministério do Trabalho.

Por tais razões e fundamentos, deve ser enquadrado como especial o período de 09/01/1985 a 01/03/1988, no qual o trabalhador recorrente trabalhou na função de Auxiliar de Laticínio, Setor de Fabricação de Queijo, na Cooperativa dos Produtores de Leite de Leopoldina de Responsabilidade Limitada.

**Em relação ao exercício da função de SOLDADOR**, na oficina mecânica da mesma empregadora, Cooperativa dos Produtores de Leite de Leite de Leopoldina, Minas Gerais, o douto Juiz primevo assim se manifestou (fls. 163, último parágrafo):

'No que concerne ao período em que exerceu a função de soldador, em razão da previsão contida no código 2.5.3 do anexo II, do Decreto 83.080/ 79, reconheço o período de 08.07.1991 a 28.04.1995, dia anterior à publicação da Lei 9.032/95, que extinguiu a possibilidade de se reconhecer como tempo especial em razão do mero exercício da atividade, devendo-se a partir daí, como já dito, demonstrar a efetiva exposição ao fator de risco'. - grifei e negritei.

Pois bem.

A sentença recorrida contém um equívoco que deve ser

# *Superior Tribunal de Justiça*

corrigido na instância superior, tendo em vista que abordou o período de 01.03.1988 a 02.07.1990 como sendo o exercido na função de Auxiliar de Laticínio. Ocorre que, inexoravelmente, nos termos da prova documental encartada, em relação a este período, conforme esclarecido na impugnação à contestação - infelizmente ignorado pelo juiz sentenciante - e nestas razões de recurso, o trabalhador recorrente laborou na função de SOLDADOR.

Portanto, requer o reconhecimento como especial do período de 01.03.1988 a 02.07.1990 como sendo exercido na função de SOLDADOR, no setor oficina mecânica da Cooperativa dos Produtores de Leite de Leopoldina, Minas Gerais, em razão da previsão contida no código 2.5.3 do anexo II, do Decreto 83.080/79, como fora reconhecido na sentença em período anterior, vale dizer, de 08.07.1991 a 28.04.1995, reformando, via de consequência, a sentença no particular, dando-se provimento ao recurso, conforme pedido abaixo formulado.

Com relação aos períodos de 29/05/1995 a 31/12/2003 e 01/01/2004 a 31/10/2012, o douto juiz sentenciante reconheceu como especial, apenas, o período de 30/06/2006 a 31/10/2012.

Sem razão, data venia.

Reafirme-se que até a edição da Lei 9.528/97, a empresa não era obrigada a ter laudo técnico.

Foi elaborado o DIRBEN de fls. 68, no qual consta os agentes nocivos a que se encontrava - e ainda se encontra - exposto o trabalhador recorrente, eis que o vínculo mantém-se intacto, na mesma função: Ruído, radiações não ionizantes, fumo, névoas, vapores, óleos e graxas minerais, subst. Não const. Do Q I e II da NR 7 (T35 , V. OBS).

O Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP (fls. 69), indica se forma inexorável a exposição do trabalhador recorrente a RUÍDO de 96,7 dB (A) no período de 01/01/2004 a 02/07/2009 e, a partir de 02/07/2009, o RUÍDO é de 100,1 dB (A).

Os laudos PPRA e o PCMSO integrados (fls. 73 usque 75) e LTCAT (fls. 76/ 77), apresentados pelo trabalhador recorrente, sem qualquer impugnação sobre eles por parte do INSS, corroboram as informações consignadas no PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário de fls. 69, devidamente preenchido.

**Ao julgar a causa, o juiz 'a quo' não considerou a hipótese do aproveitamento do laudo - ainda que extemporâneo -**

**para fins de reconhecimento da atividade especial, em evidente prejuízo ao trabalhador recorrente.**

Com efeito, o fato do laudo técnico ser datado de 30/06/2006, como menciona o douto Juiz primevo na sentença 'avaliação manifestamente extemporânea' (fls. 263 - verso), não constitui óbice ao enquadramento da atividade especial, conforme doutrina e reiterada jurisprudência deste TRF da 1ª Região e do Superior Tribunal de Justiça, aplicada a casos análogos ou semelhantes'.

(...) Ora, eméritos Julgadores, dúvida não se tem que as atividades do trabalhador recorrente de soldador e oxicortador, exercidas de maneira contínua na empregadora Cooperativa dos Produtores de Leite de Leopoldina, Minas Gerais, são extremamente ruidosas, ante a utilização de retifica e lixadeira, conforme expressamente consignadas às fls. 49, apontando o laudo técnico inserto aos autos, a intensidade de ruído de 96,7 dB.

Ao não considerar o laudo pericial para o período de 29/04/1995 a 29/06/2006 - acolhido para enquadrar o período de labor posterior (30/06/2006 a 31/10/2012) como especial na mesma função (Soldador) e empregadora (Cooperativa dos Produtores de Leite de Leopoldina, Minas Gerais), com sujeição aos mesmos agentes prejudiciais à saúde do trabalhador, ou seja, ruído (96,7 dB), como se observa - , a sentença proferida pelo douto Juiz de primeiro grau se mostra inexoravelmente em dissonância com os posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais aplicados ao caso sttb jtdice, notadamente deste E. Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Pois bem.

De fato, a considerar os fundamentos jurídicos do voto da lavra do eminente e respeitado Relator, **especialmente quanto ao enquadramento da categoria profissional, o laudo pericial e sua extemporaneidade, e se analisadas as razões do recurso avariado, com base na prova documental produzida, bem como o que não foi impugnado ou contestado pelo INSS na instância primeva, o que não ocorreu, EM EVIDENTE OMISSÃO DO JULGADO**, não há dúvida de que a consequência lógica é o provimento do recurso de apelação interposto pelo Embargante.

### **3 - DA CONCLUSÃO - REQUERIMENTOS**

Em vista do exposto, considerando tudo o que dos autos consta, requer

# *Superior Tribunal de Justiça*

de Vossa Excelência, cujos doutos suplementos invoca, sejam conhecidos os presentes embargos de declaração, eis que cumpridos os requisitos de admissibilidade, para dar-lhes provimento, imprimindo efeitos modificativos (infringentes), de molde a:

**a) pronunciar, de modo fundamentado, quanto às razões, abordagens a provas e demais fundamentos jurídicos, transcritos no recurso de apelação** interposto pelo ora Embargante, especialmente quanto ao enquadramento como especiais, dos períodos de 09/01/1985 a 01/03/1988 (exercício da função de Auxiliar de Laticínios) e nos períodos de 01/03/1988 a 02/07/1990 e 29/04/1995 a 29/06/2006 (exercício da função de Soldador), nos quais o trabalhador recorrente laborou para o mesmo e único empregador, a Cooperativa dos Produtores de Leite de Leopoldina, Minas Gerais.

**b) dar provimento ao apelo, para enquadrar como especiais**, os períodos de 09/01/1985 a 01/03/1988 (exercício da função de Auxiliar de Laticínios) e nos períodos de 01/03/1988 a 02/07/1990 e 29/04/1995 a 29/06/2006 (exercício da função de Soldador) e, via de consequência, em razão do período já enquadrado na sentença pelo juiz federal de primeiro grau (períodos de 08/07/1991 a 28/04/1995 e de 30/06/1991 a 31/10/2012) e mantido no acórdão embargado, julgar totalmente procedentes os **pedidos de que tratam as alíneas 'a', 'b', 'c' e 'd' do item 4.5 da petição inicial**.

Em caso de eventual não provimento ou rejeição destes Embargos de Declaração, requer sejam incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de prequestionamento, nos termos do artigo 1.025 do Código de Processo Civil.

Antes, porém, do julgamento dos presentes Embargos de Declaração, com fundamento no artigo 1.023, § 2º do CPC, a fim de evitar a arguição de nulidade processual, requer de Vossa Excelência, seja intimado o INSS acerca da sentença proferida e para manifestar a respeito da presente peça de Embargos de Declaração, no prazo legal, ante a possibilidade de atribuição de efeito modificativo (infringente), como postulado acima" (fls.339/350e).

Apesar disso, as questões não foram objeto de análise, pois, da leitura do acórdão que rejeitou os Embargos de Declaração, opostos na origem, ficou consignado, apenas:

"Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte autora em face do acórdão que, por unanimidade, negou provimento às apelações das partes e à remessa oficial, mantendo sentença que acolheu a

# Superior Tribunal de Justiça

pretensão central deduzida em juízo, determinando o INSS que considere como especial o tempo de serviço exercido pela parte autora no período indicado no decisum recorrido.

Aduz a parte embargante ter havido omissão quanto a análise dos laudos periciais para enquadramento do período de 01/03/88 a 02/07/1990 como tempo especial.

Requer que seja acolhidos os embargos para sanar os vícios apontados.

Contrarrazões apresentadas.

É o relatório.

(...)

**Analisando o acórdão embargado não verifico a existência de omissão, contradição ou obscuridade no julgado recorrido, pressupostos de cabimento dos declaratórios.**

**O que pretende a parte embargante é a revisão do que foi julgado** pela Turma, no que diz respeito ao mérito da pretensão, que não pode ser modificado por meio de embargos declaratórios.

As questões passíveis de resolução são todas aquelas relevantes para a solução do litígio, devendo o acórdão ser complementado apenas no caso de omissão e, no presente caso, não há o que ser complementado, posto que a matéria foi devidamente apreciada, **verificando-se a nítida pretensão do embargante de alteração dos fundamentos e, portanto, da conclusão do acórdão embargado.**

Nos termos do inciso IV do art. 489 do CPC de 2015, deve o julgador enfrentar os argumentos deduzidos no processo que sejam capazes de, em tese, infirmar a conclusão por ele adotada, sendo despropositada a análise de teses inaplicáveis ao caso visando à reforma do julgamento. Ressalte-se, por fim, que mesmo na hipótese de embargos declaratórios para fins de prequestionamento da questão legal ou constitucional, é pacífico o entendimento de que é incabível a interposição de embargos de declaração se não estiverem presentes os pressupostos específicos dessa modalidade de integração do julgado, como já decidiu este Tribunal, a saber:

(...)

Assim, **ausentes os pressupostos de cabimento dos embargos de declaração**, estes devem ser rejeitados.

Conclusão

Em face do exposto, rejeito os embargos de declaração" (fls.358/363e).



# *Superior Tribunal de Justiça*

Por sua vez, do acórdão que julgou o Recurso de Apelação, extrai-se o seguinte teor:

Trata-se de apelação interposta contra sentença pela qual o juízo de origem acolheu a pretensão central deduzida em juízo, determinando à autarquia previdenciária que considere como especial o tempo de serviço exercido pela parte autora no período indicado no decisum recorrido.

A sentença foi submetida à revisão de ofício.

Em seu recurso, o INSS questiona o acerto da sentença, uma vez que a situação verificada no caso dos autos não permite a contagem diferenciada do tempo de serviço do segurado, afirmando que não ficou comprovado que a parte autora esteve exposta ao agente nocivo de forma permanente, habitual e não intermitente.

Sustenta que a parte autora fazia uso de EPI, por isso seria possível neutralizar ou atenuar a nocividade do ruído a limites legais de tolerância.

**A parte autora, por sua vez, pugna seja reconhecido o tempo de labor especial e concedida a aposentadoria especial.**

É, em apertada síntese, o relatório.

(...)

No caso específico do agente agressivo ruído, deve-se ressaltar que o fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual, apesar de reduzir a agressividade do ruído a um nível tolerável, não afasta a penosidade ou a insalubridade do trabalho, não evitando que a potência do som no ambiente, resultante da exposição de forma permanente ao agente nocivo, cause danos que podem ir muito além daqueles relacionados à perda das funções auditivas.

Nesse sentido, entre outros:

(...)

Laudos extemporâneos ao trabalho sob ruído

O fato de o laudo apresentado ser extemporâneo à época em que se pretende comprovar a atividade especial sob ruído não o invalida nem lhe retira a força probatória, uma vez que o referido documento é suficientemente claro e preciso quanto à exposição habitual e permanente do segurado ao agente nocivo em questão.

Além disso, uma vez constatada a presença de agentes nocivos em data posterior a sua prestação, e considerando a evolução das condições de segurança e prevenção do ambiente de trabalho ao longo do tempo, presume-se que à época da atividade, as condições de trabalho eram piores ou quando menos iguais às constatadas na data

# Superior Tribunal de Justiça

da elaboração do laudo. Neste sentido:

(...)

Em conclusão, neste ponto, aplicam-se os sucessivos níveis de ruído, exatamente como se sucederam os respectivos regulamentos.

(...)

Portanto, **tendo sido o trabalhador submetido a ruído cuja média supera os níveis fixados em regulamento, é consequência o reconhecimento do tempo de serviço especial.**

Prova dos autos

**No caso dos autos, o tempo de serviço especial foi demonstrado pelo enquadramento profissional ou por laudos técnicos, que apontaram a submissão do segurado ao agente nocivo ruído, acima dos níveis de tolerância, em trabalho permanente, habitual e não intermitente, nos períodos de 08/07/1991 a 28/04/1995 e 30/06/2006 a 31/10/2012, razão pela qual deve ser confirmada a sentença, pelos mesmos fundamentos, também quando ao indeferimento dos demais períodos.**

Conclusão

Em face do exposto, **nego provimento às apelações** e à remessa oficial" (fls. 324/336e).

O provimento do Recurso Especial por contrariedade ao art. 535 do CPC/1973, atual art. 1.022, II, do CPC/2015 pressupõe que sejam demonstrados, fundamentadamente, os seguintes motivos: **(a)** que a questão supostamente omitida tenha sido invocada na Apelação, no Agravo ou nas contrarrazões a estes recursos, ou, ainda, que se cuide de matéria de ordem pública a ser examinada de ofício, a qualquer tempo, pelas instâncias ordinárias; **(b)** a oposição de Aclaratórios para indicar à Corte local a necessidade de sanar a omissão em relação ao ponto; **(c)** que a tese omitida seja fundamental à conclusão do julgado e, se examinada, poderá conduzir à sua anulação ou reforma; **(d)** a inexistência de outro fundamento autônomo, suficiente para manter o acórdão.

Tais requisitos são **cumulativos** e devem ser abordados de maneira fundamentada na petição recursal, sob pena de não se conhecer da alegação por deficiência de fundamentação, dada a generalidade dos argumentos apresentados.

**In casu, entendo presentes tais pressupostos a evidenciar a patente violação do art. 1.022, II, do CPC/2015.**

Com efeito, da análise do acórdão recorrido, verifica-se que, não obstante a alegação nos Embargos de Declaração (fls. 339/350e), onde o recorrente insiste que **"os pontos suscitados e que não se viram explicitamente enfrentados foram: a) No recurso de apelação, foram apontados ausência de análise das provas documentais**

# *Superior Tribunal de Justiça*

produzidas, com argüidos argumentos sólidos, que foram devolvidos à superior instância, porém, lamentavelmente ignorados. Vejamos: Demonstrou-se, discutindo a prova documental e demonstrando os equívocos firmados na sentença, que deveria ser enquadrado como especial o período de 01/03/1988 até 02/07/1990, na função de Soldador, e não função de Auxiliar de Laticínio, como entendeu o magistrado de primeiro grau. Isso não foi analisado ou enfrentado pelo Tribunal. Além disso, relativamente ao período não enquadrado, de 09/01/1985 a 01/03/1988, no qual o trabalhador recorrente laborou na função de Auxiliar de Laticínio, Setor de Fabricação de Queijo, na mesma empregadora (indústria de laticínios), Cooperativa dos Produtores de Leite de Leopoldina, foi apresentado laudo técnico, ainda que extemporâneo, que indica ruído de 97,35 dB, acima, portanto, dos limites de tolerância previstos na regulamentação da matéria. O fundamento posto no recurso de apelação da aplicação do laudo extemporâneo, ainda que pacificado na Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência - Súmula 68, segundo a qual 'O laudo pericial não contemporâneo ao período trabalhado é apto à comprovação da atividade especial' - e na jurisprudência do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, não foi analisado no acórdão pela Turma Julgadora do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em evidente omissão, inclusive quanto a sua própria jurisprudência, simétrica com a deste Egrégio Tribunal. Ainda na apelação, foram levados em consideração outros pontos, como ausência de alteração de layout, consideração sobre prova emprestada não impugnada, sentença do próprio juízo de primeiro grau em casos análogos, exposição do recorrente a vapor de sódio e seu enquadramento como especial com fundamento no Código 1.2.9 do Quadro Anexo do Decreto 53.831/64 (outros tóxicos orgânicos). Porém, estes fundamentos, lamentavelmente, não foram analisados pela Turma Julgadora do TRF da 1ª Região. b) Nos próprios Embargos de Declaração, o ora recorrente, pediu para que o Relator e Douta Turma, pronunciasse, de modo fundamentado, quanto às razões, abordagens a provas e demais fundamentos jurídicos, transcritos no recurso de apelação interposto pelo ora Embargante, especialmente quanto ao enquadramento como especiais, dos períodos de 09/01/1985 a 01/03/1988 (exercício da função de Auxiliar de Laticínios) e nos períodos de 01/03/1988 a 02/07/1990 e 29/04/1995 a 29/06/2006 (exercício da função de Soldador), nos quais o trabalhador recorrente laborou para o mesmo e único empregador, a Cooperativa dos Produtores de Leite de Leopoldina, Minas Gerais. Além disso, requereu fosse dado provimento ao apelo, para enquadrar como especiais, os períodos de 09/01/1985 a 01/03/1988 (exercício da função de Auxiliar de Laticínios) e nos períodos de 01/03/1988 a 02/07/1990 e 29/04/1995 a 29/06/2006 (exercício da função de Soldador) e, via de consequência, em razão do período já enquadrado na sentença pelo juiz federal de primeiro grau (períodos de 08/07/1991 a 28/04/1995 e de 30/06/1991 a 31/10/2012) e mantido no acórdão embargado, julgar totalmente procedentes os pedidos de que tratam as alíneas 'a', 'b', 'c' e 'd' do item 4.5 da petição inicial" (fls.373/376e), observo, contudo, que o **Tribunal de origem não examinou essas alegações**, limitando-se a decidir, em sede de aclaratórios, pela ausência de vícios, haja vista que o acórdão analisou de forma eficiente os pontos relevantes da demanda

Portanto, tendo ocorrido omissão acerca do exame de questão invocada nos Embargos de Declaração opostos na origem, apontando a referida omissão, furtando-se, o Tribunal de origem, mesmo assim, a se manifestar acerca do referido ponto, o qual possui

# *Superior Tribunal de Justiça*

patente relevância, a ponto de conduzir à modificação do julgado regional, somado à inexistência de outro fundamento autônomo, suficiente à manutenção do acórdão regional, **impõe-se acolher a preliminar de violação do art. 1.022, II, do CPC/2015**, para determinar o retorno dos autos para que seja sanada a omissão apontada.

Ante o exposto, com fulcro no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao Recurso Especial e determino o retorno dos autos ao Tribunal de origem, para novo julgamento dos Embargos de Declaração, de maneira a sanar os vícios apontados pela parte ora recorrente.

I.

Brasília, 19 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES  
Relatora

